



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600051-32.2024.6.02.0009

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600051-32.2024.6.02.0009 - Messias - ALAGOAS

RELATOR: Desembargador MILTON GONCALVES FERREIRA NETTO

RECORRENTE: PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL

Advogados do(a) RECORRENTE: ELMANUEL DE FREITAS MACHADO - AL13806-A, CARLOS ROBERTO LIMA MARQUES DA SILVA - AL5820-A, ARYKOERNE LIMA BARBOSA - AL10248-A

RECORRIDA: GEOBERTO GONCALVES DA SILVA CORDEIRO

Advogados do(a) RECORRIDA: CARLOS CHRISTIAN REIS TEIXEIRA - AL9316, HERMANN DE ALMEIDA MELO - AL6043-A, FABIO HENRIQUE CAVALCANTE GOMES - AL4801-A, RUBENS MARCELO PEREIRA DA SILVA - AL6638-A

*Ementa:* DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. PUBLICAÇÃO EM REDE SOCIAL. UTILIZAÇÃO DE EXPRESSÕES CONFIGURADORAS DE PEDIDO DE VOTO. MULTA APLICADA. RECURSO PROVIDO.

I. Caso em exame

1. Recurso Eleitoral interposto pelo Diretório Municipal de Messias/AL do REPUBLICANOS contra sentença que julgou improcedente Representação por Propaganda Eleitoral Extemporânea, ajuizada em face de GEOBERTO GONÇALVES DA SILVA CORDEIRO.

II. Questão em discussão

2. A questão consiste em determinar se as expressões utilizadas no vídeo publicado em redes sociais, tais como "*Messias vai voltar a sorrir*" e "*Papada Construção, GG Filho, pra melhoria tanto das crianças como dos pais de vocês, emprego, casa e renda*", caracterizam propaganda eleitoral extemporânea, implicando pedido de voto, com uso das denominadas "palavras mágicas".

### III. Razões de decidir

1. A propaganda eleitoral antecipada resta caracterizada quando, ainda que ausente pedido explícito de voto, as expressões utilizadas deixam clara a intenção de angariar apoio eleitoral, o que pode ser inferido do conteúdo do vídeo em questão.

2. A jurisprudência do TSE reconhece que o uso das chamadas "palavras mágicas" configura propaganda eleitoral antecipada, justificando a imposição de multa.

3. A utilização de expressões como "*Messias vai voltar a sorrir*" e "*Papada Construção, GG Filho, pra melhoria tanto das crianças como dos pais de vocês, emprego, casa e renda*", acrescidas de menção ao número e nome dos futuros candidatos indicam o caráter eleitoral da postagem, configurando a prática de propaganda antecipada.

### IV. Dispositivo e tese

Recurso provido para aplicar multa ao recorrido, com fundamento no art. 36, § 3º, da Lei nº 9.504/97, no patamar mínimo de R\$ 5.000,00.

Tese de julgamento: "A veiculação de expressões que configuram pedido implícito de voto em pré-campanha eleitoral, sem o uso da locução 'vote em', mas com a presença de palavras mágicas, na acepção dada a esta expressão por esta Corte, caracteriza propaganda eleitoral antecipada."

*Dispositivos relevantes citados:* Lei nº 9.504/97, art. 36, § 3º; Resolução TSE nº 23.610/2019, art. 3º-A.

*Jurisprudência relevante citada:* TRE-AL, RE nº 0600012-06.2024.6.02.0051, Pleno, Rel. Des. Sóstenes Alex Costa de Andrade, j. 22/08/2024.

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO ao Recurso Eleitoral para, reformando a sentença, julgar procedente a Representação, aplicando ao recorrido a multa prevista no art. 36, § 3º, da Lei nº 9.504/97, no patamar mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do voto do Relator.

Maceió, 15/10/2024

Desembargador Eleitoral MILTON GONCALVES FERREIRA NETTO

## RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso Eleitoral interposto pelo Diretório Municipal de Messias/AL do REPUBLICANOS em face da sentença id. 10201073, proferida pelo Juízo da 9ª Zona Eleitoral, que julgou improcedente Representação por Propaganda Eleitoral Extemporânea ajuizada contra GEOBERTO GONCALVES DA SILVA CORDEIRO.
2. Por meio da sentença, entendeu o julgador não caracterizada a propaganda eleitoral antecipada, sob o fundamento de que não observou pedido explícito de votos no conteúdo da mensagem divulgada pelo recorrido, pré-candidato a Prefeito de Messias.
3. Alega o recorrente que *"antes do início da campanha eleitoral, o aludido pré-candidato promovera verdadeira campanha eleitoral extemporânea. O vídeo divulgado em suas páginas oficiais do Instagram, além de conter propaganda, chama a atenção para que o munícipe de Messias entenda que o mencionado pré-candidato já é o Prefeito Eleito"*.
4. Foram juntadas as contrarrazões id. 10201079 .
5. Com vista dos autos, a Procuradoria Regional Eleitoral emitiu o Parecer id. 10207418, opinando pelo parcial provimento do Recurso Eleitoral, para aplicar ao recorrido a multa prevista no art. 36, § 6º, da Lei nº 9.504/97.
6. É, em síntese, o relatório.

## VOTO

7. Senhores(as) Desembargadores(as), inicialmente verifico que a via recursal é adequada para atacar a decisão de primeiro grau, o recurso é tempestivo, as partes são legítimas e, finalmente, o recorrente tem fundado interesse jurídico na reforma da sentença.
8. Prevê o art. 36 da Lei nº 9.504/97 que a propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição.
9. Antes de tal marco temporal, entretanto, possibilita o mesmo diploma normativo a prática de diversos atos, inclusive com a possibilidade de exaltação das qualidades pessoais e de menção à pretensa candidatura, desde que não envolvam pedido explícito de voto, conforme se extrai do seu art. 36-A, *in verbis*:

Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet: (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

I - a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico; (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)

II - a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária; (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)

III - a realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre os pré-candidatos; (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

IV - a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos; (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)

V - a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais; (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

VI - a realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 1º É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I a VI do caput, são permitidos o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos profissionais de comunicação social no exercício da profissão. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

10. A caracterização da propaganda eleitoral antecipada demanda a existência de pedido explícito de voto, conforme o *caput* do art. 36-A, ou, em não havendo tal circunstância, a veiculação de conteúdo eleitoral em local vedado ou com emprego de forma ou instrumento proscrito no período de campanha, conforme o art. 3º-A da Resolução TSE nº 23.610/2019, que espelha a interpretação da Corte Superior Eleitoral a tal respeito. Eis o seu teor:

Art. 3º-A. Considera-se propaganda antecipada passível de multa aquela divulgada extemporaneamente cuja

mensagem contenha pedido explícito de voto, ou que veicule conteúdo eleitoral em local vedado ou por meio, forma ou instrumento proscrito no período de campanha. (Incluído pela Resolução nº 23.671/2021)

Parágrafo único. O pedido explícito de voto não se limita ao uso da locução "vote em", podendo ser inferido de termos e expressões que transmitam o mesmo conteúdo. (Incluído pela Resolução nº 23.732/2024)

11. Fixadas tais premissas, há que se verificar se a conduta descrita na inicial se enquadra em uma das situações caracterizadoras da propaganda eleitoral antecipada.

12. A Representação tem como objeto vídeo postado na rede social *Instagram*, no dia 16 de julho de 2024, com o seguinte teor:

Apoiadores: Já Ganhou, tan, tan, tan!! Já ganhou, tan, tan, tan!! Já ganhou, tan, tan, tan!!

Apoiador: GG Filho, o que você vai fazer pelas crianças de Messias?

GG Filho: Meu meu amor, Messias merece creche em tempo integral, com merenda de qualidade, um fardamento pra vocês, camisa, calça, tênis, mochila...é, todo o paramento que uma criança merece. Vamos cuidar também com a assistência do bebê móvel, que hoje infelizmente não tem em Messias. São vans, é, climatizadas com profissionais altamente capacitados pra levarem vocês com, com, segurança e dignidade até as creches para que a mamãe de vocês possa trabalhar e trazer o sustento para sua casa. Então, Messias vai voltar a sorrir. Eu tenho fé em Deus, com GG Filho e com Papada, com a gestão voltada pras crianças, pra essas bençãos de Jesus, que são o futuro de amanhã.

Apoiador: Papada, você é o nosso Vice-prefeito preferido de Messias.

PAPADA: Isso mesmo! Vocês não vão se arrepender. se Deus quiser, tudo de bom nós vamos trazer pra vocês. Papada Construção, GG Filho, pra melhoria tanto das crianças como dos pais de vocês, emprego, casa e renda. Vamos juntos!

GG FILHO: Muito Bem, Papada. 70!!!

Apoiadores: Já ganhou, Tan, Tan, Tan!! Já ganhou, tan, tan, tan!! Já ganhou, tan, tan, tan!

13. Pois bem, considero relevante aqui registrar que, por observância ao princípio da colegialidade, adiro ao entendimento fixado por esta Corte Regional, quando do julgamento de processos análogos, dentre os quais o Recurso Eleitoral nº 0600012-06.2024.6.02.0051, da relatoria do Des. Eleitoral Sóstenes Alex Costa de Andrade.

14. É que, embora pessoalmente considere que expressões como as empregadas na postagem analisada

não necessariamente revelem alusão direta a pedido de voto, não é esta a linha interpretativa adotada por este colegiado para situações desse jaez.

15. Como firmado no aludido precedente, para que o pedido de voto ou a natureza eleitoral da promoção pessoal restem caracterizadas basta que a mensagem veiculada seja suficientemente clara para ser entendida pelos eleitores, motivo pelo qual, embora na publicação questionada não conste a expressão "vote em mim", o seu conteúdo eleitoral e pretensão de obtenção do voto podem ser extraídos de frases a ela aproximadas.
16. Nessa linha de raciocínio, no presente caso o representado utilizou as expressões "*Messias vai voltar a sorrir!*"; e "*Vocês não vão se arrepender. se Deus quiser, tudo de bom nós vamos trazer pra vocês. Papada Construção, GG Filho, pra melhoria tanto das crianças como dos pais de vocês, emprego, casa e renda. Vamos juntos!*", tendo a elas acrescido menção ao número e nome dos futuros candidatos, o que consistiu em pedido de apoio.
17. A conduta praticada configura propaganda eleitoral extemporânea pelo emprego das denominadas palavras mágicas, conforme interpretação jurisprudencial revelada pelos seguintes precedentes:

ELEIÇÕES 2024. RECURSO ELEITORAL. MUNICÍPIO DE SENADOR RUI PALMEIRA. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ANTECIPADA. POSTAGEM NA REDE SOCIAL INSTAGRAM. PEDIDO DE VOTO CARACTERIZANDO AFRONTA AO ART. 36-A, DA LEI DAS ELEIÇÕES. UTILIZAÇÃO DE "PALAVRAS MÁGICAS". VIOLAÇÃO AOS PRECEITOS LEGAIS DA PRÉ-CAMPANHA. COMINAÇÃO DE MULTA. DESPROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE 1º GRAU EM TODOS OS SEUS TERMOS. (TRE-AL - Rp: 0600012-06.2024.6.02.0051 SENADOR RUI PALMEIRA - AL, Relator: Des. Sóstenes Alex Costa de Andrade, Data de Julgamento: 22/08/2024, Data de Publicação: 22/08/2024)

Recurso contra sentença pela qual se impôs multa por violação ao artigo 36, "caput", da Lei 9.504/1997. Desacolhimento. Configurada hipótese de propaganda eleitoral extemporânea. Inteligência do artigo 3º-A, parágrafo único, da Resolução TSE 23.610/2019. Publicações nas redes sociais Instagram e Facebook que veicularam, entre outras, as "palavras mágicas": "vamos juntos", "juntos mudaremos para melhor" e "vai dar tudo certo e trabalharemos juntos". Caráter eleicoeiro nessas postagens mediante alusões ao pleito vindouro e à pretensa candidatura do ora recorrente ao cargo de prefeito. Publicações que desbordam os limites estabelecidos no artigo 36-A da Lei 9.504/1997. Imposição de sanção pecuniária no mínimo legal, nos termos do artigo 36, parágrafo 3º, da Lei 9.504/1997. Precedentes desta Corte (TRE-SP) e do colendo Tribunal Superior Eleitoral. Sentença mantida. Portanto, recurso desprovido. (TRE-SP - REl: 06000021820246260172 SETE BARRAS - SP 060000218, Relator: Encinas Manfré, Data de Julgamento: 24/07/2024, Data de Publicação: 30/07/2024)

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. DIVULGAÇÃO DA PRÉ-CANDIDATURA NA REDE SOCIAL. CONFIGURADO O PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO. USO DE PALAVRAS MÁGICAS. ARTIGO 36-A, CAPUT, DA LEI Nº 9504/97. ILICITUDE CONFIGURADA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 36 E PARÁGRAFO 3º DA LEI EM COMENTO. DESPROVIMENTO. 1. Recurso interposto em face da sentença que condenou o recorrente

pela realização de propaganda eleitoral antecipada, em virtude de divulgação, em sua rede social do Instagram de mensagens e vídeos que ultrapassam os limites expostos no art. 36-A da Lei nº 9.504/97.2. O teor das mensagens publicadas possui conteúdo eleitoral.3. O pedido explícito de votos, in casu, é identificado pelas palavras mágicas: "juntos vamos vencer", "estamos juntos", e "vamos tornar isso real, juntos! Posso contar com você?". Precedente TSE e TRE.4. A publicidade não se amolda a nenhuma das hipóteses do art. 36-A da Lei das Eleicoes, caracterizando propaganda eleitoral antecipada, cabível a aplicação do artigo 36, § 3º, da mencionada lei. 5. Desprovimento do recurso. (TRE-RJ - REl: 06000573620206190064 SUMIDOURO - RJ 060005736, Relator: Des. Vitor Marcelo Aranha Afonso Rodrigues, Data de Julgamento: 19/10/2020, Data de Publicação: 19/10/2020)

18. Com base nos aspectos analisados, e em especial atenção ao princípio da colegialidade, concluo pelo reconhecimento da alegada propaganda eleitoral antecipada, e, conseqüentemente, pela aplicação da sanção pecuniária pertinente, a qual fixo no patamar mínimo legalmente previsto, ante a ausência de elementos que denotem elevada gravidade na conduta.

19. Ante todo o exposto, VOTO no sentido de DAR PROVIMENTO ao Recurso Eleitoral para, reformando a sentença, julgar procedente a Representação, aplicando ao recorrido a multa prevista no art. 36, § 3º, da Lei nº 9.504/97, no patamar mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

20. É como voto.

Des. Eleitoral MILTON GONÇALVES FERREIRA NETTO

Relator